

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Quatro presidenciaíveis vêm ao RS nesta semana

Flávio, Zema, Caiado e Rebelo participam do Fórum da Liberdade



O Rio Grande do Sul recebe nesta semana quatro pré-candidatos à Presidência: Flávio Bolsonaro (PL), Romeu Zema (Novo), Ronaldo Caiado (PSD) e Aldo Rebelo (DC). Todos devem comparecer, entre hoje e amanhã no Fórum da Liberdade, promovido pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE).

Flávio Bolsonaro chega ao Estado amanhã, mesmo dia que irá ao evento do IEE. No sábado, participa do lançamento da pré-candidatura de Luciano Zucco (PL) ao Palácio Piratini, na Capital.

Já Romeu Zema chegou nesta terça-feira ao RS para agenda de quatro dias, em que deverá passar por cinco municípios em roteiro de encontros com representantes do setor produtivo. Hoje, ele participará do painel "Presidenciaíveis" do Fórum da Liberdade, junto a Ronaldo Caiado e Aldo Rebelo.

Pré-candidato do PSD, Caiado ainda participa de almoço na Fiergs, também hoje. E Zema estará amanhã no Tá na Mesa, edição especial sobre eleições, da Federasul.



Flávio Bolsonaro representa o PL



Romeu Zema é o indicado pelo Novo



Ronaldo Caiado é o pré-candidato do PSD



Aldo Rebelo disputa pela Democracia Cristã

CCJ aprova fim da aposentadoria compulsória para juízes

/ JUDICIÁRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou ontem uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que determina o fim da aposentadoria compulsória como punição para juízes, desembargadores e membros do Ministério Público que cometerem crimes.

A PEC é de autoria do então senador Flávio Dino, hoje ministro do STF. A proposta foi aprovada em votação simbólica, sem contagem de votos, e agora segue a plenário.

O texto, relatado pela senadora Eliziane Gama (PSD-MA), acatou emendas que estabelecem que o magistrado passará por uma ação cível, para julgar a suposta infração

e determinar a demissão. Nesse período da ação, que terá um prazo de até 30 dias para ser proposta, o servidor será afastado do cargo e terá remuneração suspensa.

O texto original obrigava ainda militares que cometessem infrações a serem demitidos. No entanto, após destaque de emenda do senador gaúcho Hamilton Mourão (Republicanos), os membros das Forças Armadas ficaram de fora da proposta.

Hoje, a aposentadoria compulsória é a punição máxima mais comum aplicada a membros de Poder que cometerem infrações. A demissão também pode ocorrer, mas apenas após decisão judicial transitada em julgado no geral, referente a crime comum. Isso por-

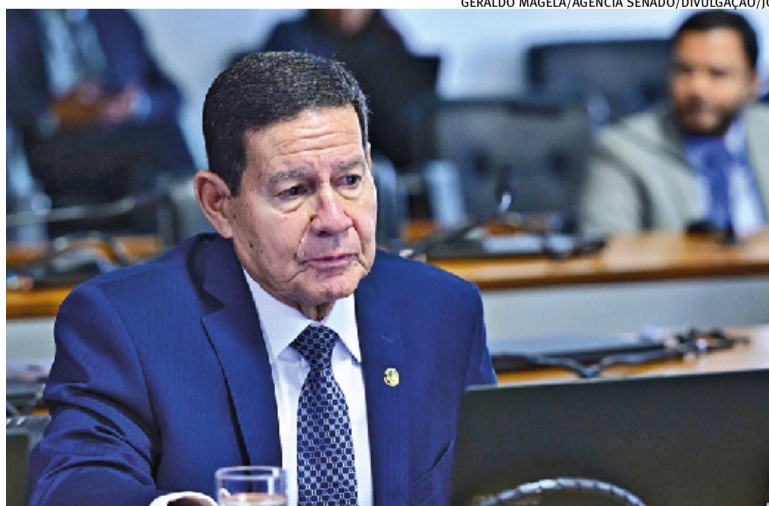
que magistrados e membros do Ministério Público (MP) têm direito a vitaliciedade, adquirida após dois anos de exercício.

Com a aposentadoria, esses membros de Poder têm direito a receber salário proporcional ao período em que atuaram. Como mostrou reportagem da Folha de S.Paulo, juízes que sofrem com essa punição recebem, em média, R\$ 54.441. Apenas 1% das punições a juízes resultam em demissão.

Segundo a justificativa da PEC, essa punição é um desvio da finalidade da aposentadoria. "A aposentadoria, portanto, assume caráter de sanção, o que corresponde ao desvio de finalidade dessa espécie de benefício previdenciário que visa assegurar ao trabalhador condições dignas de vida quando não mais for possível o desenvolvimento de atividade laboral."

Uma das preocupações da categoria era a inserção de texto que possibilitaria o fim da garantia da vitaliciedade para esses servidores. O tema também repercutiu entre associações de juízes, desembargadores e membros do MP, que tentaram frear o avanço da proposta.

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) afirmou, em nota, que sugestões de adendos à proposta podem avançar "sobre o núcleo da garantia constitucional da vitaliciedade dos membros do MP e da magistratura".



Emenda do senador Mourão deixou Forças Armadas de fora da medida



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Avanço do PL amplia polarização

O redesenho pós-janela partidária escancara um Congresso mais ideológico e menos conciliador. O PL cresce, consolida o bolsonarismo e empurra o centro para a irrelevância. Para o deputado federal gaúcho Ubiratan Sanderson (PL, foto), "o aumento da bancada revela uma forte tendência à direita e à polarização em 2026". Enquanto isso, PSD avança entre governadores; PP e MDB ampliam presença, e o PT mantém base para sustentar Lula. O recado é claro: o centro encolheu.



ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC

Fake news ameaçam democracia

A explosão de desinformação nas redes reforça o valor do jornalismo profissional. Sem apuração, sem checagem, o que cresce é ruído e manipulação. Dados da Abert mostram quase 900 mil ataques virtuais a jornalistas em 2025, cerca de 2,5 mil por dia. Um ambiente tóxico. O protocolo nacional para investigar crimes contra comunicadores é um avanço necessário. Como disse o ministro da Justiça, Wellington Silva, "não é estatística: é ataque direto à democracia".

Articulação no Senado

O deputado federal gaúcho Afonso Hamm (PP, foto) intensificou negociações no Senado para acelerar o PL 5122/23, que prevê crédito especial ao agro com recursos do pré-sal. Em reunião com Renan Calheiros (MDB) e Eduardo Leite (PSD), defendeu urgência diante do endividamento rural.

Pressão por avanço

Hamm também cobrou celeridade de Davi Alcolumbre. O projeto, já aprovado na Câmara, permite renegociar dívidas via bancos e cooperativas, com suspensão de cobranças. A definição do relator na CAE deve destravar a tramitação nas próximas semanas.

Paim reage a ameaça global

O senador gaúcho Paulo Paim (PT) foi direto ao criticar declarações de Donald Trump sobre o Irã: "É ameaça de barbárie. Nada está acima da vida". Para Paim, "a escalada retórica internacional revela irresponsabilidade perigosa. Em tempos de tensão global, o discurso político também mata".

Saúde de Bolsonaro em debate

O deputado federal gaúcho Osmar Terra (PL) faz um alerta: considera temerário o retorno de Jair Bolsonaro (PL) ao presidio após o prazo da prisão domiciliar. Argumenta que o ex-presidente tem problemas graves de saúde e estrutura médica inadequada próxima à prisão. O parlamentar pressiona o STF dizendo que "a decisão deixa de ser apenas jurídica, passa a ser também humanitária".

AMP articula em Brasília

O presidente da Associação do Ministério Público (AMP) do RS, Fernando Andrade Alves, cumpre intensa agenda na capital federal. Defesa da vitaliciedade, diálogo com CNJ e CNMP, e fortalecimento institucional estão no foco. A estratégia é clara: garantir prerrogativas e blindar a carreira diante de pressões políticas crescentes.

Licenciamento: Redecker aciona MPF

O deputado federal gaúcho Lucas Redecker (PSD) protocolou, nesta terça-feira, pedido de reavaliação do Ministério Público Federal (MPF) sobre a recomendação que sugere suspender o licenciamento ambiental do Projeto Natureza, da CMPC. O ofício foi encaminhado ao procurador-geral da República, Paulo Gonet. O empreendimento em análise na Fepam está previsto para Barra do Ribeiro (RS) e soma investimentos estimados em R\$ 27 bilhões.